

CONTEÚDO DESTE NÚMERO:

Em Cascais: 3 dias dedicados à CIDADANIA	2
50 novos poços de água potável em Moçambique	2
Formar o consumidor - Promover a cidadania	3
Protocolo Euro: Uma parceria local alargada	3
A informação depende de TODOS	4
Grupo de Reflexão para a Comunicação Animar—1ª reunião	4
A ANIMAR no CES: Grandes Opções do Plano	5
A Face Oculta da Governança	5
Democracia e Participação Popular na Esfera Pública	6
Novas Formas de Inovação Social	6
O Património pastoril em recuperação	7
O Bordado nos Têxteis - numa perspectiva europeia	7
As associações são uma mais-valia na educação e formação de adultos	7
Criada a Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa	8
A ADPM publicou o be@dpm	8
TERRA SÃ 2001	8
Produtores de queijo em formação	9
O Sol brilhou na Raia	9
Agenda	10
Internet Recomendamos	
Síntese Legislativa	
Referências Bibliográficas	11
Voluntariado – Promotor de Desenvolvimento Local	12
Voluntariado e DL - Alguns números	12
EQUAL - Comunicar para Valorizar em Convergências	13
A ANIMAR na Comissão de Acompanhamento do RURIS	13
Manifesta 2003	14
A Animar no Conselho Consultivo da ANEFA	14
A Animar assina Protocolo de Colaboração com a Lusófona	14

Boas Festas, Bom Ano 2002

A Direcção da Animar e o Vez e Voz desejam a todos os associados, individuais e colectivos, assim como a todos os intervenientes em processos e organizações de natureza cívica e solidária em todo o País, rural e urbano, que o ano "capicua" de 2002 seja realmente de sorte grande: reconhecimento oficial e pelas populações da dedicação e da competência demonstradas; aproximação dos objectivos e obtenção dos resultados procurados; simplificação dos procedimentos administrativos; prontidão nas transferências de verbas públicas; articulação e coerência no seio do Movimento de Desenvolvimento Local e Cidadania Activa.

Em 2002 continuemos em

Manif...festa..acção.



PARTICIPAR É PRECISO

EM CASCAIS: 3 dias dedicados à CIDADANIA

Com organização conjunta da Associação CIVITAS e da Câmara Municipal realizaram-se umas jornadas sobre a cidadania activa na "cidade". A 29 de Outubro teve lugar o **Conselho Municipal de Jovens para uma Cidade Cidadã** e a 30 e 31 um **Encontro de Poder Local e Cultura Cidadã - Por um Pacto de Cidadania**. Participaram, para além de nomes como Helena Roseta, Ruben de Carvalho, Bagão Félix, Helena Cidade Moura, Anselmo Aníbal, José Jorge Letria ou António Fonseca Ferreira, dois representantes da ANIMAR - Rogério

Roque Amaro e Alberto Melo, que apresentaram comunicações, respectivamente, sobre "A participação nos projectos de desenvolvimento local como interrogação para o poder local" e "Activar os cidadãos para uma democracia deliberativa a nível local". Foi igualmente apresentada a versão portuguesa de um **Pacto de Cidadania para o Poder Local**, que será proposto à Associação Nacional de Municípios e à ANAFRE, cujo texto pode ser solicitado através de e-mail para civitas.cascais@ip.pt !

50 NOVOS poços de água potável em Moçambique



A OIKOS prevê abrir 50 novos poços de água potável em Moçambique. Esta ONG portuguesa actua neste país há mais de 10 anos e vai mais uma vez privilegiar o mundo rural, onde apenas 40% da população tem acesso a água potável.

A iniciativa parte da OIKOS numa parceria com a Sociedade Água do Luso e o projecto estimado em 40 mil contos vai beneficiar mais de 25 mil pessoas.

Foi celebrado a 16 de Outubro em sessão pública no Espaço OIKOS em Lisboa, entre a OIKOS e a Sociedade Água do Luso, um protocolo de cooperação que visou lançar uma campanha de sen-

sibilização da população portuguesa para um consumo mais responsável da água.

Por cada litro de água vendida a empresa da Água do Luso entregará à OIKOS um escudo. A campanha decorrerá entre Outubro de 2001 e Fevereiro de 2002. A auditoria desta campanha ficou a cargo da Ernest & Young que vai controlar todo o processo de produção e em função disso fiscalizar a construção a partir da verba alocada.

O consumidor português pode ainda contribuir com donativos através do [site www.agualuso.pt](http://www.agualuso.pt) ou recorrer aos balcões do BCP para donativos. !

A PRELO (*Portuguese Research Liaison Office*, Rue de la Concorde, 60 B-1050 Bruxelles, Tel: + 32 2 5111449, Fax: +32 2 5111676, E-mail: l.silva@prelo.com ou a.caetano@prelo.com) informou que a *DG Enterprise* lançou uma consulta pública sobre a **definição de PME**, Recomendação da Comissão 96/280/C, utilizada para determinar as condições de elegibilidade para uma série de Fundos e Programas Comunitários, incluindo o 5PQ.

Apesar da definição anterior ter sido amplamente utilizada, a Comissão propõe agora a sua alteração face a problemas de interpretação que suscitou.

Nesse sentido, a Comissão convida as partes interessadas a manifestarem os seus comentários via e-mail para o endereço ENTR-SME-DEFINITION@cec.eu.int . !

Mais informações em: http://europa.eu.int/comm/enterprise/consultations/sme_definition/index.htm



Propriedade / Redacção / Administração:
animar

Sede:
Rua do Engenho, 10
7600-337 Messejana
Tel.: 284 650 000
Fax: 284 655 274
E-mail: esdime@esdime.pt

Gabinete de Lisboa:
Calçada Marquês de Abrantes, 10, 3º Esq
1200-719 Lisboa
Tel./Fax: 213 978 794
E-mail: animar@animar-dl.pt
Web site: <http://www.animar-dl.pt>

DA ANIMAR

FORMAR o consumidor – PROMOVER a cidadania

O Instituto do Consumidor/IC, organismo da administração central responsável pela implementação da política de defesa do consumidor em Portugal, vem, desde a sua criação, apostar numa estratégia de descentralização que visa chegar mais perto da população. Neste sentido, tem não só mobilizado as Autarquias Locais a fim de que estas criem no seu espaço os chamados **Centros de Informação Autárquicos ao Consumidor**, como também contribuído para incrementar a criação de **Centros de Arbitragem** (de resolução extra judicial de conflitos de Consumo) e apoiado as actividades das Associações de Consumidores.

A passagem do Escudo para o Euro constitui uma transformação profunda no quotidiano de todos os consumidores portugueses que, conjuntamente com os restantes 290 milhões de europeus, terão que reaprender uma nova linguagem monetária.

Torna-se assim necessário informar e formar a globalidade da sociedade portuguesa a fim de que esta enfrente com a maior confiança possível esta passagem, investindo na realização do maior número possível de acções de formação descentralizadas e socialmente próximas do cidadão, com vista a minorar situações de desconforto, desconfiança, mal estar, prejuízo económico, marginalização, etc., por parte, nomeadamente e principalmente, das

populações com menor acessibilidade e capacidade de descodificação da informação.

Para o desenvolvimento desta estratégia de proximidade de formação para o Euro, o Instituto do Consumidor considerou desde logo ser imprescindível mobilizar as Associações de Desenvolvimento Local/ADL.

Independentemente do balanço final que a seu tempo se fará, pretende-se desde já salientar o facto de que, no entender do IC, do ponto de vista organizacional, seria muito difícil senão impossível, mobilizar as ADL se estas não constituíssem uma rede devidamente estruturada pela ANIMAR.

Tendo conhecimento da existência de inúmeras ADL mas não conhecendo a realidade da sua acção nem sabendo como a elas chegar, ao Instituto do Consumidor ocorreu de imediato a interligação com a ANIMAR, e foi com esta estrutura que o projecto de formação para o Euro se organizou e implementou.

Com toda a certeza, outras experiências entre o Instituto do Consumidor e as ADL/ANIMAR se seguirão, porque a formação do consumidor é cada vez mais uma formação para a cidadania e a manifestação desta é um verdadeiro motor do desenvolvimento. †

Maria Emília Arroz, IC

A ANIMAR na formação para o EURO.

É necessário reaprender uma nova linguagem monetária.



PROTOCOLO EURO: Uma parceria local alargada

Durante os meses de Novembro e Dezembro, cerca de 1600 pessoas, das freguesias de Alverca, Calhandriz e Sobralinho, serão abrangidas por 150 acções de informação sobre o Euro. A sua realização, com o apoio destas Juntas de Freguesia, está a cargo de 50 animadores, ligados a cerca de 20 entidades locais, como a Paróquia, IPSS's, Comissões de Reformados e Pró Associação dos Comerciantes, Colectividades, Escuteiros, Associações de Jovens e de Moradores, entre outras. Atenta às necessidades sentidas e expressas pela população de Alverca, a Junta de Freguesia, em colaboração com o Centro Comunitário de Arcena, reuniu com diversas entidades locais e lançou um desafio: o desenvolvimento de acções de informação sobre o Euro, através dum planeamento participado. Em conjunto, definiram-se as acções, os destinatários e os locais de realização. Cada parceiro identificou os animadores que participariam numa primeira acção de formação de formadores, realizada pelo Instituto do Consumidor, e a partir daqui, tudo se inicia. A preparação e realização das acções é desenvolvida pelos parceiros, em geral numa forma associada, e conta com a colaboração de pessoas que voluntariamente aderiram a este projecto.

Desta experiência, fica a certeza de que quando trabalhamos para as pessoas com as pessoas, numa lógica de respeito e in-

tegração, estamos a reforçar a nossa capacidade de acção. De igual modo, nunca deveremos esquecer que por se encontrarem numa posição privilegiada no que concerne ao conhecimento das necessidades e à definição das respostas mais adequadas, as associações locais e as autarquias podem assumir a condução dos processos.

A complementaridade de acção e de recursos só foi possível pela confiança depositada por parte da administração central na capacidade de mobilização e de organização dos agentes locais, e veio evidenciar mais uma vez, que pela valorização e envolvimento dos principais interessados, é possível a afirmação de valores como o respeito e a solidariedade, no reforço da mudança para uma maior consciência e participação social. †

Paula Atougua,
Assistente Social, Associada da Animar



DA ANIMAR

A INFORMAÇÃO depende de TODOS

Queremos revitalizar o *VEZ E VOZ*, bem como o conjunto de informação da Animar (página na *net* www.animar-dl.pt, mails, etc.) e por isso muito dependemos do material que for chegando à redacção.

Assim, aqui fica o desafio: enviem-nos a informação que considerem pertinente e na redacção procederemos à sua difusão em função das prioridades.

Mas, acima de tudo, indiquem entre os colaboradores da Vossa entidade alguém que re-

gularmente possa redigir, seleccionar e enviar a informação. **Um nome que possa servir de contacto para efeitos de circulação da comunicação.** †

Para a Agenda da página Animar:

Francisco Ferraz, e-mail: mop90651@mail.telepac.pt

Para V&V ou outro suporte de divulgação

Animar Gabinete Lisboa

e-mail: animar@animar-dl.pt

A Direcção

Queremos revitalizar o *VEZ E VOZ*.

Vamos operacionalizar os canais de informação.

GRUPO DE REFLEXÃO para a Comunicação ANIMAR 1ª REUNIÃO

O Grupo de Reflexão para a Comunicação Animar teve a sua 1ª reunião em Lisboa, a 11 de Outubro de 2001, com a presença de Álvaro Cidrais, António Castela, Artur Cristóvão, Célia Lavado, Francisco Ferraz, Graça Rojão, Jorge Wemans, Luís Moreno e Pedro Ferrão.

As principais conclusões podem ser subordinadas a três grandes aspectos:

1 - A grande prioridade

Fortalecimento da rede ANIMAR, reforçando e/ou cimentando os laços “entre nós” e criando e/ou reforçando a comunicação de “nós com todos”, em particular a comunicação social. As estratégias a delinear devem passar pela difusão de informação técnica, pela divulgação de documentos temáticos e ainda pela promoção de contactos e de trocas de ideias e experiências.

2 - Conteúdos e instrumentos

Privilegiar conteúdos muito objectivos e utilitários; usar os instrumentos/canais já estabelecidos, nomeadamente o Vez & Voz, a página ANIMAR e a DLR; tratar a informação de forma profissional, tornando-a atractiva; reforçar a rede de correspondentes para a comunicação externa e interna; conceber uma formação na área da comunicação social para animadores e técnicos de entidades associadas da Animar; facilitar o acesso dos associados à INTERNET através do recurso ao POSI; dar ao Vez & Voz escrito o carácter de boletim bimensal de referência; colocar o Vez & Voz na página ANIMAR.

3 - A fazer já

Estudar hipóteses de elaborar candidaturas ao POSI e de preparar iniciativas de formação em comunicação. †

Artur Cristóvão



NOVOS correspondentes do VEZ E VOZ

Em resposta à solicitação da Direcção da Animar, recebemos até ao fecho desta edição as seguintes indicações de **correspondentes**:

ADPM - Sandra Cascalheira;
CEARTE - João Pedro Amaral;
PROBARROSO - Luísa Teixeira;
TRILHO - Florence Melen;
TROTE GERÊS - Fátima Martins.



DA ANIMAR

A ANIMAR no CES: Grandes Opções do Plano (GOP)

A ANIMAR, através de José Carlos Albino, seu representante no CES, apresentou em Setembro de 2001 diversas sugestões relativas às GOP 2002.

Pela sua importância, salientam-se alguns excertos do **Parecer do CES sobre as GOP** que integraram os **pontos de vista da ANIMAR** nos domínios das 2ª e 3ª opções, respectivamente, **Reforçar a cidadania para assegurar a qualidade da democracia e Política de Juventude:**

- “As questões da cidadania e desenvolvimento merecem atenção, parecendo que deveria futuramente pensar-se a criação de um «quadro legal de relacionamento e apoio às

organizações cívicas e solidárias para o desenvolvimento», bem como a institucionalização de parceria(s) Estado e movimentos da economia social e desenvolvimento local”;

- “Tendo em conta a sua crescente importância na criação de emprego e promoção do desenvolvimento social, recomenda-se apoio e incentivo às organizações cívicas de desenvolvimento local e instituições particulares de solidariedade social, combinados com o respeito pela legalidade laboral, o que passa por reforçar e diversificar as medidas e instrumentos de promoção de projectos de desenvolvimento comunitário e local numa lógica de intervenção em redes

inter-locais que reforcem a relação e o peso do local nos espaços territoriais envolventes”;

- “A aposta no apoio aos jovens mais desfavorecidos, uma vez que a maioria das vezes estes são excluídos das políticas de juventude, só pode ter sucesso se inserida no âmbito de um «combate» mais geral: o «combate» contra a pobreza”;

- “É importante a consideração de medidas específicas que levem em conta as necessidades da juventude das áreas rurais na lógica do programa *Espaço Rural e Desenvolvimento Social* integrante do PNAI”!

Raul Jorge Marques

Quadro Legal de Relacionamento e Apoio às Organizações Cívicas e Solidárias para o Desenvolvimento

O PNAI pode ser um referencial para novas políticas de juventude e educação

A FACE Oculta da Governança

Teve este título, e o subtítulo, “**Cidadania, Administração Pública e Sociedade**”, o Seminário que o Instituto Nacional de Administração realizou, a 19 e 20 de Novembro, na Torre do Tombo, em Lisboa. Quase 400 inscrições para ouvir uma vintena de comunicações, a cargo de ministros ou ex-ministros, de professores, de funcionários, de dirigentes associativos e de convidados estrangeiros. A ANIMAR fez-se ouvir através de 4 associados e/ou directores (Jorge Wemans, José Portela, José Carlos Albino e Alberto Melo). As comunicações foram em geral muito informativas e estimulantes e o debate só se interrompia por falta de tempo. Incluiu uma Mesa Redonda – “A experiência das associações cívicas” – onde tiveram a palavra ANIMAR, Associação Nacional de Direito ao Crédito, QUERCUS, CIVITAS e Associação de Mulheres da Europa Meridional.

Ouviram-se definições várias de “governança”, como a de um processo de formulação de políticas, já não centrado no Estado mas assente numa diversidade de actores, onde se inclui a sociedade civil organizada. No entanto, o Livro Branco da União Europeia sobre “Governança”, de Julho último, mantém uma visão tradicionalista, não conferindo aos cidadãos o estatuto de participantes na tomada de decisão política. Com efeito, e como se deduz de um estudo aprofundado da OCDE (PUMA), os vários Governos vão-se abrindo a processos de informação, e até de auscultação

prévia (ex: lei de 1997 no Canadá), mas mantêm-se reservados em matéria de participação activa. Também os poderes locais europeus não demonstraram ainda a coragem inovadora de Porto Alegre, e de mais de uma centena de outros municípios brasileiros, na adopção de um procedimento alargado e largamente participado para a elaboração do orçamento anual. Em Portugal, o Concelho de Palmela iniciou há 3 anos uma experiência embrionária neste sentido, integrada num plano mais vasto de “autarquia participada”, estando agora projectada a criação de um Pelouro da Cidadania e Participação.

Soube-se também aqui que no Reino Unido se constituiu um Painel de 5.000 cidadãos que são consultados regularmente sobre a qualidade dos serviços públicos e as possibilidades de os melhorar. E que em Itália foi revista a Constituição, de modo que, segundo o novo Artº 118º, “o Estado, as Regiões e as autarquias devem promover o exercício de funções de interesse geral pelos cidadãos, quer como indivíduos quer como organizações, no âmbito do princípio da subsidiariedade.” E que, em França, entre outras medidas de apoio aos movimentos de cidadãos, os funcionários podem gozar de uma “Licença Cívica” para trabalhar, temporariamente mas a tempo inteiro, nas associações.

Alguns contactos úteis para informações complementares:
www.ina.pt; www.economie-solidaire.gouv.fr; www.oecd.org/puma/citizens/!

Alberto Melo

ECOS DO DL

DEMOCRACIA e Participação Popular na Esfera Pública

A EXPERIÊNCIA do Orçamento Participativo em Porto Alegre - Brasil

Em vésperas de eleições autárquicas em Portugal será sem dúvida mais que oportuno relembrar a prática do **Orçamento Municipal Participativo**, em curso no Brasil desde há 12 anos, com resultados muito positivos, tanto do ponto de vista da eficácia como da mobilização dos munícipes para as questões da vida pública. Utilizamos, para isso, as próprias palavras de Raul Pont, Prefeito de Porto Alegre, a cidade onde se iniciou este movimento inovador.

A história de elaboração e execução de orçamentos públicos no Brasil é marcada por graves deformações, relacionadas com concentração de poder, desperdício de recursos, clientelismo político e corrupção. Em Porto Alegre, esta história mudou. Desde 1989, a Prefeitura criou um sistema inovador e revolucionário de formulação e acompanhamento do Orçamento Municipal. Este é o carro chefe de um conjunto de medidas que criaram ou fortaleceram instâncias de participação e deliberação da comunidade na gestão pública do Orçamento, das políticas sectoriais até a eleição de directores e de conselhos escolares na rede municipal de ensino.

No sistema do denominado Orçamento Participativo, não são apenas os técnicos e os governantes que tomam decisão sobre as colectas e os gastos públicos. É a população, através de um processo de debates e consultas, quem define valores de receita e despesa e decide onde serão feitos os investimentos, quais as prioridades e quais as obras e acções a desenvolver pelo executivo.

O Orçamento Participativo tem comprovado que a gestão democrática e transparente dos recursos é a melhor forma de evitar a corrupção e o mau uso do dinheiro público. Ao contrário do que propagam certas visões tecnocráticas, a participação popular tem propiciado um gasto público eficiente e tem resultado em obras e acções de grande importância para a população. Desde o seu início, os projectos decididos pelo Orçamento Participativo de Porto Alegre representam mais de 700 milhões de dólares, principalmente em infra-estruturas e qualificação da vida da população.

O Orçamento participativo tem comprovado também que a criação de mecanismos práticos de participação e o compromisso do executivo em fazer aquilo que a população decide são fundamentais para romper as barreiras burocráticas que separam a Sociedade Civil do Estado e para a constituição de uma cidadania activa e mobilizada. A acção directa exercida através do Orçamento Participativo tem-se revelado muito positiva na elevação da consciência e da prática política dos cidadãos, que se apropriam assim das informações e do controlo sobre o Estado. Milhares de pessoas participam activamente no processo, em reuniões localizadas, nas assembleias regionais ou nas sessões plenárias temáticas.

Actualmente, em todo o Brasil, pelo menos 100 municípios já estão implantando o Orçamento Participativo, com base na experiência de Porto Alegre. †

Alberto Melo

NOVAS Formas de Inovação Social

Surgiu recentemente em alguns países a figura da "Conta de Desenvolvimento Pessoal" - *Individual Development Account* (IDA), como uma via possível de luta contra a exclusão. Os candidatos, pessoas de baixos rendimentos e sem possibilidades de recorrer ao crédito bancário, comprometem-se a abrir uma conta poupança, e vêem duplicados os montantes próprios através de contrapartidas garantidas por instituições públicas ou fundações. Estas contas só podem ser utilizadas para comprar a primeira casa, inscrever-se em cursos de educação ou formação, criar a sua própria empresa. As IDA são geridas por organizações comunitárias em localidades pré-seleccionadas. Os participantes devem ainda comprometer-se a frequentar cursos sobre gestão orçamental. Os primeiros projectos surgiram nos Estados Unidos, em 1996, e actualmente existem 350 programas que asseguram 10.000 novas contas deste tipo.

Esta inovação já se estendeu ao Canadá e a Taiwan. No Reino Unido surgiu em 2000 a Rede Nacional de Contas Individuais para Formação (*Individual Learning Accounts* ou ILA). Baseiam-se no mesmo princípio - por cada libra poupada pelo titular da conta para efeitos de frequência em cursos, outra libra será creditada (através do investimento conjunto do Estado e da entidade empregadora) - e visam fomentar a Educação e Formação de Adultos ao longo da vida. No primeiro ano de funcionamento, foram assim abertas cerca de 1 milhão e 500 mil contas.

Este esquema está já a ser testado na Suécia, Países Baixos e, em Espanha, no País Basco. Uma Conferência internacional sobre este tema será organizada, entre 4 e 6 de Abril, em Windsor, Ontário, Canadá. †

Mais informação: antonella.noya@oecd.org
inger@cfed.org



ECOS DO DL

O PATRIMÓNIO pastoril em recuperação

A Associação Cultural de Fernão Joanes desenvolve trabalhos de pesquisa, levantamento, recuperação e animação do património pastoril de Fernão Joanes, freguesia serrana com uma área total de 23,05 km² e que dista 13 km da sede de concelho, fazendo fronteira com as freguesias de Videmonte, Famalicão, Seixo Amarelo, Vale de Estrela, Corujeira e Meios. Esta Associação organiza anualmente um Campo de Trabalho para a Recuperação do Património Pastoril, denominado **CORTELHA**, que se insere num projecto global iniciado no ano 2000 com a organização da "**Festa da Transumância**", que levou a Fernão Joanes especialistas portugueses e espanhóis do tema e os últimos pastores que fizeram a transumância da

Serra da Estrela para a zona da Campina de Idanha.

Entre os trabalhos efectuados contam-se o Levantamento das Rotas de Transumância e dos seus elementos arquitectónicos, assim como as Histórias das Viagens, em colaboração com a ARIC (*Asociación para la Recuperación Integral de las Cañadas*) e outras entidades. Presentemente encontra-se a desenvolver o projecto "**VIAS PECUARIAS**" que prevê entre outras acções a recuperação e reutilização da área das "Eiras", grande aglomerado de Cortes de pastores existente em Fernão Joanes, para a criação de um **Centro de Interpretação Pastoril**. †

Contacto:

Miguel Rainha, fernao_joanes@hotmail.com



O BORDADO nos Têxteis - numa perspectiva europeia CONTRIBUTO para a defesa e valorização do Tapete de Arraiolos

Decorreu nos dias 27 e 28 de Setembro o Fórum Internacional "**O Bordado nos Têxteis**" cuja organização foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Arraiolos com a colaboração do Agrupamento Monte. Este evento contou com especialistas de todo o país (Continente, Açores e Madeira), bem como de Inglaterra, Espanha e Bélgica, os quais trocaram experiências e aprofundaram conhecimentos sobre uma mesma temática de interesse comum.

O objectivo primordial deste fórum consubstanciou-se na reflexão e análise de diferentes têxteis bordados de qualidade, bem como na necessidade de dignificar, salvaguardar e dar a conhecer o **Tapete de Arraiolos** como um produto de interesse relevante no contexto dos têxteis bordados.

A apresentação das temáticas pautou-se por uma grande diversidade de comunicações, tendo o 1º dia sido dedicado ao tema Historial – Origem e Evolução e o 2º dia a Acções de Divulgação e Promoção.

Após cada painel seguiram-se pequenos debates, sendo estes bastante participativos por parte do público. Em síntese, po-

dem ser enumeradas as seguintes conclusões:

- necessidade de proceder à certificação de qualidade dos tapetes de Arraiolos, de modo a extinguir a concorrência desleal que se faz sentir nacional e internacionalmente e igualmente transmitir confiança ao consumidor;
- para que a certificação seja uma realidade, há necessidade de definir o que é o tapete de Arraiolos e todos os parâmetros que lhe são inerentes;
- aquando da elaboração de legislação que regulamente a certificação dos tapetes de Arraiolos, dever-se-á manter em aberto a questão da inovação para que haja margem de manobra nesse âmbito;
- necessidade de fazer renascer as técnicas em desuso sem que o inovador ofenda o tradicional;
- necessidade de aplicar uma estratégia de *marketing* e *design* na tapeçaria de Arraiolos. †

MONTE

Desenvolvimento do Alentejo Central, ACE
monte.ace@mail.telepac.pt

AS ASSOCIAÇÕES são uma mais-valia na educação e formação de adultos

A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) publicou recentemente os resultados do seu 3º Concurso Nacional SABER+ 2001. Entre as 25 iniciativas premiadas, como melhores práticas, cada uma com um montante de 1.000 contos, contam-se 15 associações, entre as quais várias filiadas da ANIMAR. **Destacamos:** Rota do Guadiana, Associação de Defesa do Património de Mértola, ICE - Instituto das Comunidades Educativas, Sol do Ave, ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, Associação Nacional de Oficinas de Projectos, Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas, Assoc. Fernão Mendes Pinto, Assoc. Social, Recreativa e Cultural "Ao Encontro das Raízes", Assoc. Socio-Cultural de Danças e Cantares da Freguesia de S. João de Tarouca, Entre-Serras: Assoc. de Desº do Concelho de Pampilhosa da Serra e ainda a Fundação Solidários em Oliveira do Bairro. †

ECOS DO DL

CRIADA a Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa

A Assembleia das Colectividades da Cidade de Lisboa, realizada em 14 de Outubro no Lisboa Wellcome Center, na Rua do Arsenal, foi o último acontecimento do programa da 5ª Festa das Colectividades de Lisboa, que teve início no dia 5.

Numa assembleia em que o presidente da FPCCR voltou a exigir do poder central o reconhecimento que a generalidade das autarquias há muito tempo mostra para com o associativismo de raiz popular, foram aprova-

dos os Estatutos e eleita a Comissão Instaladora da ACCL.

A **Assembleia das Colectividades da Cidade de Lisboa** reuniu representantes de mais de meia centena de associações de cultura, recreio e desporto da cidade. Ficou apontado o dia 31 de Maio - quando se assinala o aniversário da FPCCR e que no 4º Congresso, em Loures, foi proposto para Dia das Colectividades - como prazo para a eleição dos órgãos e o início da actividade normal da associação concelhia. †



A **Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM)** publicou em Novembro o seu primeiro número do **be@dpm** - boletim electrónico de seis páginas

que aborda temas relacionados com o turismo, o desenvolvimento local, a educação ambiental, a agro-pecuária biológica, a formação profissional e o apoio psicossocial. Pela sua utilidade destaca-se a recente inauguração do **Centro de Acolhimento de Amendoeira da Serra (CAAS)**. Este Centro tem como principal objectivo aumentar a capacidade

de acolhimento dos grupos que procuram esta região para actividades de educação ambiental, visitas de estudo e de carácter científico ou turismo de natureza. O CAAS é constituído por 4 camaratas, 2 quartos duplos com casa de banho privativa, cozinha, wc's e duches e uma sala polivalente com capacidade para albergar 36 pessoas. Localiza-se em Amendoeira da Serra, no acesso ao Pulo do Lobo e dentro do Parque Natural do Vale do Guadiana. †

Contacto:

Natália Henriques, ADPM, Tel: 286 610 000

Fax 286 610 001

E-mail: info@adpm.rcts.pt

TERRA SÃ 2001

Feira da Agricultura Biológica, Ambiente e Qualidade de Vida 14º Encontro Nacional de Agrobiologia

Decorreu no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, nos dias 26, 27 e 28 de Outubro passado, a 14ª edição deste certame organizado pela AGROBIO, que contou com a presença de uma centena de expositores que receberam a visita de cerca de 25 mil visitantes, do Secretário de Estado da Agricultura (Victor Barros) e do Presidente da Câmara de Lisboa (João Soares). Com o principal objectivo da divulgação e promoção da Agricultura Biológica, numa altura em que este método de produção se assume como verdadeira alternativa à agricultura convencional, pois evita as desvantagens desta para a Saúde Humana e para o Ambiente, é importante que os consumidores conheçam o que já se está a fazer entre nós, onde se podem adquirir estes produtos, quem os produz, comercializa, etc.

Durante a feira decorreu o XIV Encontro Nacional de Agrobiologia que, no Sábado, versou o tema da *produção de sementes para a Agricultura Biológica* e, no Domingo, o da *Viticultura em Agricultura Biológica*. Contaram ambos com a intervenção de reconhecidos especialistas de Portugal, França e Alemanha. †

José Amorim, AGROBIO

Jovens debatem Cidadania

Informar os jovens sobre o que é cidadania e qual a sua importância na formação das pessoas e no desenvolvimento da comunidade foi o principal objectivo das **Jornadas de Juventude para a Cidadania**, que se realizaram em Novembro, a 20 (Auditório da Câmara) e 26 (Escola Profissional) - em Rio Maior - graças à iniciativa da Associação de Jovens de Arrouquelas "H2O". †

ECOS DO DL

PRODUTORES de queijo em formação

A TRILHO - Associação para o Desenvolvimento Rural, a Aqua D' Ossa, e a Confederação Nacional de Agricultura – Delegação Regional do Alentejo, deram no passado dia 5 de Novembro, em São Tiago de Rio Moinhos, início ao 1º curso de **Formação Profissional na Área de Marketing – Comercialização e Qualidade de Produtos**, destinado aos produtores de queijo e mão-de-obra agrícola familiar e eventual, associada a esta fileira de produção, de elevado valor económico para a localidade. Esta acção de formação financiada pelo Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural – AGRO, Medida 7 – Formação Profissional, Eixo 2, destinada a reforçar o potencial humano e os serviços à agricultura e áreas rurais contribui, designadamente, para aumentar a capacidade empresarial e a capacidade técnica dos trabalhadores, para possibilitar o acesso à formação dos activos que trabalham nas pequenas explorações familiares e

para melhorar a eficiência produtiva e económica dos sistemas produtivos, privilegiando actividades e sistemas de produção potencialmente mais competitivos.

Esta é a primeira acção de formação, de um total de 9 já aprovadas inseridas num Plano Integrado de Formação, destinado aos pequenos e médios agricultores do Alentejo e que ascende a mais de 47 mil contos de investimento para formação até final de 2002.

No quadro da colaboração com este sector económico, a TRILHO e os seus parceiros realizaram ainda em Borba, no dia 24 de Novembro, o colóquio **“Perspectivas sobre a Produção de Queijo”**, destinado a motivar os criadores, técnicos e outros agentes para a produção de produtos regionais de qualidade, numa perspectiva futura de reorientação para actividades alternativas aos sistemas tradicionais de culturas arvenses. †

Florence Melen, TRILHO



O SOL brilhou na Raia

O dia 6 de Outubro, apesar do “peso-d’água” que caiu pela manhã, não conseguiu ofuscar a alegria dos muitos associados da Raia do Chança que se juntaram no velho Grémio de Santana de Cambas, para comemorar o seu 4º aniversário. Entretanto, o concurso de pesca previsto para a barragem do Chança ficou adiado para melhor maré. Todavia, nem tudo foi perdido, pois a feijoada com os célebres molinhos animar regozijou e de que maneira os estômagos presentes, enquanto os ouvidos foram preenchidos com a animação musical a cargo do jovem Álvaro Fabião. Veio a sessão do Euro, muito concorrida, e o momento de encanto proporcionado pelas nossas crianças acerca das questões ambientais.

Contudo, o melhor estava para vir... ao sol posto, pela voz pausada do Sr. Presidente da Câmara, que anunciou a prenda desejada – **uma carrinha para a Raia** – rejubilámos!

O dia fazia-se noite e a magia do entardecer invadia-nos, mas no fundo sentíamo-nos felizes por ver que com muito esforço estávamos a conseguir reunir condições para a jovem Raia do Chança cumprir os seus ideais. †

António Palma, Raia do Chança

Um interlocutor público na Vida Associativa

Criada em 1981, a **Delegação Interministerial para a Inovação Social e a Economia Social (DIES)** é o interlocutor privilegiado das organizações cívicas e solidárias, dentro dos poderes públicos. Assegura vários Secretariados de comissões ou conselhos mistos, incluindo o Conselho Nacional da Vida Associativa. Preparou em 1999 e 2000 os Estados Gerais da Vida Associativa e as Auscultações Regionais da Economia Social e Solidária. Entre as suas atribuições contam-se: favorecer o desenvolvimento das associações, cooperativas, mútuas e promover a inovação social; coordenar a acção dos diferentes ministérios nestes domínios, designadamente no que se refere às associações. A DIES dá apoio a várias redes associativas e também à formação de dirigentes e de assalariados do sector, possuindo uma equipa técnica central, em torno do Delegado Interministerial e ainda correspondentes regionais e delegados distritais para a vida associativa.

Tudo isto se passa em França, claro está... †

Para mais informações, contactar: dies-vie-associative@sante.gouv.fr

Alberto Melo

TOME NOTAS

AGENDA

Dezembro

13 (11h30) - Assinatura de um **Protocolo de Colaboração** entre a Animar e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Campo Grande, Lisboa), seguida de uma palestra proferida por **Alberto Melo** sobre: *As Organizações da Economia Social e Solidária na Construção de uma Democracia Participativa e de um Desenvolvimento Sustentável*

13 (18h30 às 20h30) - **Voluntariado e Desenvolvimento**. Apresentação temática seguida de debate alargado à audiência, Encontros do Instituto de Desenvolvimento Social (IDS), Lisboa, Auditório do IDS, Rua Castilho, 5 r/c,

13-14 - *Curso Monográfico sobre Salud Comunitaria (del Master Salud Internacional Medicina Tropical)*, Barcelona - Espanha. Consultar http://servet.uab.es/_mf_medtropical/metodologia.htm#salud_comunitaria

14 (9h00 às 18h30) - Seminário sobre "*O Futuro do*

Microcrédito". A experiência portuguesa avaliada por dois peritos mundiais (Maria Nowak, ADIE, França; Clover Pintado). Promovido pela Associação Nacional de Direito ao Crédito, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, andc@mail.telepac.pt

14 (15h00) - Inauguração do Instituto Paulo Freire de Portugal e do Centro de Recursos Paulo Freire, assim como o lançamento dos livros, "Revisitando Paulo Freire - sentidos na educação" e "Actualidade de Freire - contribuição ao debate sobre educação no interior da diversidade cultural", Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (Anfiteatro Grande), Universidade do Porto, Rua do Campo Alegre, 1055.

Janeiro

6/12 a 6/1 - "*Bento de Jesus Caraça, uma obra para um novo século*", Castro Verde, Biblioteca Municipal, Tel. 286 327266

**Manifesta 2003
Baixo Alentejo,
SERPA, 1 a 4
de Maio.**



O VEZ E VOZ já tem uma versão on-line na página da ANIMAR

<http://www.animar-dl.pt/>

INTERNET RECOMENDAMOS

? A **Associação cívica "Chão Bom"**, Vila do Tarrafal, Ilha de Santiago, pode ser visitada em www.associbom.hpj.com.br. **Encoragem-nos!**

? Está disponível desde 06/12/2001 em <http://www.ine.pt/prodserv/destaque/destaque.asp?d=06-12-2001> o Destaque do INE sobre **Rendimento Agrícola - 2001**

? Está disponível em <http://www.oecd.org/tds/LEEDonLINE/1.htm> a **Revista LEEDonLINE** da Rede LEED (*Local Economic and Employment Development*), Programa da OECD.

? Está disponível em www.ocidadao.pt a **Revista «O CIDADÃO»**.

? Está disponível em <http://www.colectividades.org/elo/021/index.html> o mais recente número da revista da FPCCR, o **Elo Associativo nº 21**.

? Há informação sobre a **Rede Latino Americana de Juventudes Rurais** em http://www.iica.org.uy/docs/perfil_REDLAT_juvrural.doc.

? **SilviNet** é um grupo de discussão florestal existente desde 2000 na internet. Para aderir contactar o moderador Luis Côrte-Real (silvnet@clix.pt) ou enviar uma mensagem em branco para SilviNet-subscribe@yahoo.com.

? Uma equipa portuguesa está a trabalhar na Acção Europeia **DOLPHINS** com vista a sintetizar e divulgar resultados de investigação sobre **Produtos Locais**. Visite o *site* www.origin-food.org.

? Ver em www.oecd.org/puma/citizens/ um relatório da OCDE, "*Citizens as Partners: Information and Public Participation in Policy-making*" (**Os cidadãos como parceiros: informação e participação pública na elaboração de políticas**).

? Visite o **Centro de Educação Comunitária para o Trabalho** do SENAC (São Paulo) em <http://www.sp.senac.br/educomunitaria/>.

? **Outros sites a consultar:** <http://www.oecd.org/tds/>; <http://www.iyv2001.org>; <http://www.volunteering.org.uk/>; <http://www.avso.org/>; <http://www.voluntariadoambiental.org>

SÍNTESE LEGISLATIVA

? Foram introduzidos ajustamentos e esclarecidas algumas dúvidas na aplicação das várias acções e subacções da medida AGRIS dos programas operacionais regionais. *Portaria n.º 1103-B/2001 D.R. 215 Série I-B (2º Suplemento) de 15 de Setembro de 2001.*

? Foi alterada a *Portaria n.º 84/2001, de 08 de Fevereiro*, que aprovou o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 5, «Prevenção e Restabelecimento do Potencial de Produção Agrícola», do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural - Programa AGRO. *Portaria n.º 1158/2001 D.R. 229 Série I-B de 02 de Outubro de 2001.*

? Foram estabelecidas as condições em que os beneficiários da intervenção Medidas Agro-Ambientais, do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), podem aceder ao regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas. *Portaria n.º 1159/2001 D.R. 230 Série I-B de 03 de Outubro de 2001.*

? Foi completado o anexo do Regulamento (CE) 2400/96 relativo à inscrição de determinadas denominações no "Registo das denominações de origem protegidas e das indicações geográficas protegidas" previsto no Regulamento (CEE) 2081/92 do Conselho relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. Regulamento (CE) 1971/2001 da Comissão, de 9 de Outubro de 2001 (solicitar textos para eicpme@iapmei.pt indicando qual ou quais os pretendidos).!

TOME NOTAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Association, démocratie et société civile

Com este título saiu recentemente em França um trabalho colectivo do maior interesse para quem se preocupa com a temática associativa. Inclui 6 trabalhos:

- "Mal estar na associação ou por que razão a economia plural me deixa perplexo", Serge Latouche;
- "As associações ou os tormentos da ambivalência", Bernard Eme;
- "As razões de ser das associações", Jean-Louis Laville;
- "Sociedade civil, sociedade cívica? Associacionismo, liberalismo e republicanismo", Philippe Chanial;
- "As associações no espaço público europeu", Eric Dacheux;
- "A sociedade civil mundial que aí vem", Alain Caillé.

Uma importante obra de reflexão a não perder. Paris, Ed. La Découverte (Bibliothèque du MAUSS) - 9 bis, rue Abel-Hovelacque, 75013 Paris, França |

O mercado social de emprego

Em Novembro de 2000 decorreu em Aveiro o Encontro Nacional de Interlocutores do Mercado Social de Emprego (MSE). Está a ser agora distribuída a respectiva publicação, onde se incluem mais de 40 comunicações, entre as quais, as de dois directores da ANIMAR, José Carlos Albino e David Machado. As comunicações referem-se às sessões plenárias e aos 8 *workshops* sobre os temas MSE e Saúde, MSE e Educação, MSE e Promoção da Cidadania, MSE e Cultura, MSE e Movimentos de Migração, MSE e Ambiente, MSE e Agricultura e Desenvolvimento Local, MSE, Acção Social e Promoção do Emprego.

A coordenação e realização desta publicação coube à Comissão para o MSE, IEFP, Av.ª José Malhoa, 11 - 1050 Lisboa; Tel: 217 272 536; Fax: 217 270 699. |

O Desenvolvimento Local na OCDE

A OCDE - organização intergovernamental que conta actualmente com 30 Estados - inclui no seu organograma o departamento LEED, ou seja, Desenvolvimento Local da Economia e do Emprego. O LEED tem já publicado uma série de estudos globais e monografias de interesse para as questões do DL. Muito recentemente publicou, em inglês e em francês, uma obra - "Local Partnerships for a Better Governance" ("Parcerias Locais para uma Melhor Governância") - que inclui uma parte de análise e recomendações sobre estratégias locais baseadas em parcerias e um conjunto de 7 estudos de caso: Irlanda, Finlândia, Itália (Sicília), Estados Unidos, Áustria, Bélgica (Flandres) e Dinamarca; com a particularidade de um destes estudos nacionais ser da autoria de um director da ANIMAR. **Consultar www.SourceOECD.org; www.oecd.org/OECDdirect; www.oecd.org/bookshop; www.oecd.org ou, para informações mais específicas, sylvain.giguere@oecd.org |**

Para um perfil da sustentabilidade local - Indicadores comuns europeus

A Carta de Aalborg (1994) - um compromisso político de avançar para a sustentabilidade - convida as autarquias locais signatárias a instituir sistemas e procedimentos para monitorizar e notificar os progressos para a sustentabilidade. A Comissão Europeia criou assim um Grupo de Trabalho visando a definição de indicadores comuns europeus, que produziu um relatório técnico com o título acima. |

Contacto: Ms. Susann Pauli, CE, D-G Ambiente, Rue de la Loi 200, B-1049 Bruxelles, Bélgica. Fax: 003222969554

Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social

O Instituto do Emprego e Formação Profissional publicou recentemente as **Comunicações** proferidas no Seminário em epígrafe, organizado pelo IEFP, INATEL, INSCOOP e ANIMAR, realizado em Santa Maria da Feira aquando da Presidência Portuguesa da União Europeia. Tal como referiu Gerturdes Jorge, Presidente da Comissão para o Mercado Social de Emprego, na Nota de Abertura, este Seminário teve uma adesão que ultrapassou as expectativas iniciais e foi palco de uma importante partilha de reflexões em "*torno de questões como a das condições de transferibilidade, a inserção económica e social de populações desfavorecidas como factor de cidadania, a promoção dos recursos locais pela economia social, as potencialidades e formas de organização da economia social, os mecanismos de financiamento, as formas institucionais que a economia social e o desenvolvimento local assume ou podem e devem assumir, e também o papel que às políticas públicas está reservado nestas matérias*". **Leitura imprescindível.**

Manual do Empresário de Turismo em Espaço

A Associação Terras Dentro concluiu a última versão do Manual do Empresário de Turismo em Espaço Rural, revisto de acordo com a lei hoteleira em vigor. Este manual, destinado a orientar empresários no início da actividade TER, compila informação indispensável sobre conceitos, requisitos, formalidades para o licenciamento, indicações para gestão da unidade de alojamento, etc. Pode ser adquirido na Associação Terras Dentro ou pedindo o seu envio por e-mail (terras.dentro@mail.telepac.pt), fax ou telefone. |

FOMOS OUVIR

VOLUNTARIADO – Promotor de Desenvolvimento Local



Neste número do *Veze e Voz* "*fomos ouvir*" o **Dr. Acácio Catarino** sobre o papel do voluntariado no desenvolvimento local. A pergunta orientadora foi a seguinte:

- Qual o papel do voluntariado no desenvolvimento local?

Segue-se a resposta do nosso entrevistado:

1. O desenvolvimento, nas diferentes localidades, processa-se normalmente através de **três tipos básicos de iniciativa**: a privada (em regime concorrencial ou não); a pública; e a particular sem fins lucrativos.

Nas iniciativas de desenvolvimento local (IDL) levadas a efeito a partir dos anos 80 do século passado, introduziram-se tecnicidades e orientações bastante exigentes, que vêm implicando, em geral, uma profissionalização mais ou menos acentuada. Tais iniciativas não deixam de se integrar, em geral, no terceiro sector (sem fins lucrativos), mas não se reduzem ao trabalho voluntário.

As IDL promovem a **congregação de esforços** para objectivos comuns entre os vários tipos de iniciativa – contrariamente ao que ocorria no passado, e continua a acontecer na grande maioria das localidades.

2. Em qualquer caso, o voluntariado nunca deixou de desempenhar um papel decisivo no desen-

volvimento local. Pode até afirmar-se que o desenvolvimento local se afirma hoje como um **novo domínio do trabalho voluntário**.

É de notar, porém, que tal trabalho se desdobra em vários tipos de actividade. Um deles poder ser a própria **liderança e promoção de parcerias**. Um outro pode consistir no trabalho regular das instituições particulares, devidamente interligados na estratégia comum.

Um terceiro tipo é o dos **grupos locais de voluntariado**. Os seus contactos directos com os diferentes problemas e com as pessoas que os vivem permite-lhes fazer os respectivos levantamentos, promover actuações adequadas e suscitar intervenções de carácter global, destinadas a contribuir para as soluções de fundo e comuns.

Há ainda um quarto tipo de voluntariado, indissociável do desenvolvimento local. É o que está inerente a todo o trabalho de **participação**, de diálogo, de procura de soluções – afinal de cidadania, em todo o seu sentido.

Será certamente erróneo afirmar que o desenvolvimento local é redutível à acção do voluntariado. Mas seria igualmente inaceitável afirmar que ele pode existir sem voluntariado. †

Acácio F. Catarino

Membro da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários em representação do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

Voluntariado e Desenvolvimento Local– Alguns números (1997 - 2001)

A estrutura do voluntariado nas ADL tem a seguinte composição: técnicos (30%), administrativos (9%), outros (61%) - **1997**

49% das AIDL beneficiavam de trabalho voluntário - **1997**

Nas AIDL com voluntariado, 76% dos voluntários são sócios, mas estas organizações conseguem ainda captar externamente 24% do seu voluntariado - **1997**

3% das AIDL beneficiavam do equivalente a um ano de trabalho (8 horas/dia) de mais de 3 voluntários - **1997**

Nas AIDL com voluntariado, 94% beneficiavam de mais de 100h/ano de trabalho - **1997**

Total de horas/ano de trabalho voluntário nas AIDL – 163.804 h/ano - **1997**

14% da nova geração de colaboradores das AIDL são voluntários - **1998**

No Alentejo, 36% dos recursos humanos das AIDL são voluntários - **2000**

73 % das AIDL tem trabalho voluntário e em mais de 60 % o voluntariado coexiste com o trabalho remunerado - **2001**

Nas AIDL com trabalho voluntário há uma média de 10 voluntários - **2001**

54% das AIDL tem pelo menos 3 pessoas que prestam serviços voluntários - **2001**

12% das AIDL dispõem regularmente de mais de 15 voluntários - **2001**

56% das AIDL beneficia, pelo menos, de 20 h mensais de trabalho voluntário (240 h/ano) e 11% de mais de 1200h mensais - **2001**

23% das AIDL beneficiavam, pelo menos, do equivalente a um ano de trabalho (8 horas/dia) de 1 voluntário - **1997 (35% em 2001)**

Compilação efectuada por **António Castela** a partir dos seguintes estudos efectuados pela **Animar**: Guia das IDL (1998); Novos Valores do Desenvolvimento Local (1999); Projecto Pro-Ação (Alentejo 2000); Guia das IDL - O Desenvolvimento Local em Números (2001) e ainda, da Plataforma 2000 - Estudo sobre o Enquadramento Legal, Institucional e Financeiro das Relações entre o Estado Português e as Entidades Privadas e Solidárias de Serviço Público, estudo da responsabilidade da In Loco e onde a Animar foi parceira (1998)

DA ANIMAR

EQUAL - Comunicar para Valorizar em Convergências

Foi aprovada a Acção 1 do Projecto **CONVERGÊNCIAS – Comunicar para Valorizar**, candidatura apresentada à **Iniciativa Comunitária Equal** pela parceria constituída desde Abril pela **ANIMAR** e a **CARITAS Portuguesa**. Esta fase, destina-se a preparar a elaboração da candidatura definitiva (Acção 2) à mesma Iniciativa.

Pretende-se, por um lado, cruzando as especificidades das duas instituições, **reforçar as competências** das Organizações do Desenvolvimento Local, Cívicas e Solidárias que se associarem ao projecto, por outro, valorizar saberes, experiências, projectos e encontrar meios complementares aos recursos locais, **operacionalizando um fórum activo** para trabalhar as intervenções com grupos desfavorecidos, em situação de exclusão ou risco de exclusão e apoiar a sua autonomização para o exercício de uma cidadania activa.

De Novembro a Maio, uma pequena equipa vai aprofundar as opções da candidatura inicial, **sondando a receptividade às propostas e auscultando as necessidades de associações e iniciativas de desenvolvimento local e caritas diocesanas**. A participação destas organizações será decisiva para a construção de um bom Projecto que sirva os interesses do movimento do desenvolvimento local, cívico e solidário. **Aguardamos o contacto dos interessados.** †

Christine Guerreiro

A ANIMAR na Comissão de Acompanhamento do RURIS

Presidida pelo seu Gestor, Eng.º Rui Barreiro, realizou-se a 15 de Novembro a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento do RURIS – Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (2000-2006), na qual têm assento entidades da administração ligadas à agricultura e ao desenvolvimento rural, autarquias (ANMP), sindicatos, associações patronais e organizações associativas com representação no sector, como a Animar. Da OT constou a aprovação do seu Regulamento Interno, o balanço de um ano de aplicação do Plano e o debate de algumas propostas de alteração.

Apesar de em Portugal ser pouco significativo o atraso na aplicação do RURIS, o que se deve aos projectos que não tendo sido considerados no anterior QCA por falta de verbas, transitaram e foram aprovados no âmbito do RURIS, as novas candidaturas foram poucas, havendo mesmo linhas de intervenção que não registaram nenhuma, facto que levou os parceiros a aludirem ao excesso de burocracia nos licenciamentos, ao atraso nos pareceres e à pouca articulação entre os diversos organismos envolvidos que dificultaram a apresentação das mesmas. Uma outra ordem de problemas verificada pelos diversos parceiros levou já o Estado Português a apresentar à Comissão Europeia um conjunto de alterações: máximos elegíveis; elegibilidade das despesas garantias bancárias; máximo elegível para a elaboração de projectos;

normas das boas práticas agrícolas; encabeçamento máximo; área mínima de acesso às ajudas; área geográfica de incidência de sistema forrageiros intensivos, de policultura e arrozais; condições de acesso e ajudas às raças autóctones.

Todavia, será ainda possível a apresentação de outras propostas de alteração que visem uma maior e melhor aplicabilidade do Plano para a resolução dos problemas da agricultura e do mundo rural português, sendo para isso necessário que se faça uma reflexão sobre a forma de contraditar:

- ? a possibilidade do RURIS estar a criar falsas expectativas ao incidir na resolução de antigos “compromissos”;
- ? o excesso de burocracia e regras que “assustam” e afastam os pequenos agricultores do acesso aos diversos apoios;
- ? a deficiente articulação entre os diversos organismos envolvidos nestes processos, o que dificulta mesmo a acção de preparação de candidaturas;
- ? a sistemática necessidade de ajustamentos em curto prazo dos Planos e da burocracia inerente ao processo de aprovação desses ajustamentos, que resulta em atrasos e oportunidades perdidas. †

José Sousa Guedes, ADER-SOUSA

DA ANIMAR

MANIFESTA 2003

V Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local

Na sequência das orientações e indicações expressas no Conselho Manifesta realizado no passado dia 5 de Outubro de 2001 e em face dos critérios mencionados no caderno de encargos, informamos que em reunião da Direcção da Animar, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, foi nomeada para a realização da Manifesta 2003 a candidatura apresentada pelo Consórcio constituído pelas Associações de Desenvolvimento

Local Rota do Guadiana, Esdime e Terras Dentro.

Assim, a próxima Manifesta irá realizar-se no Baixo Alentejo, em SERPA, de 1 a 4 de Maio de 2003. ↓

Mais informações poderão ser obtidas em:

ROTA DO GUADIANA
E-mail: ew.rota@mail.telepac.pt
Tel: 284540220
Contacto: David Machado
TERRAS DENTRO ATD
E-mail: atd@mail.telepac.pt
Tel: 266948070
Fax: 266948071
Contacto: Joaquim Pulga

ESDIME
E-mail: esdime@esdime.pt
Tel: 284650000
Fax: 284655274
Contacto: José Carlos Albino
ANIMAR
E-mail: animar@animar-dl.pt
Tel: 213978794
Fax: 213978794
Contacto: António Castela



A ANIMAR no Conselho Consultivo da ANEFA

Por Despacho conjunto da Secretária de Estado da Educação e do S. E. do Trabalho e Formação, de 26 de Junho, foram nomeados os membros não permanentes do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), entre os quais se encontram, não só Alberto Melo, na qualidade de Presidente da ANIMAR, como outras personalidades associadas ou relacionadas à ANIMAR, tais como João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais) e Luís Rothes (Escola Superior de Educação do Porto).
Na reunião de 25 de Outubro, onde já participaram estes

novos membros, foram tratados os seguintes pontos:

- Oferta Educação e Formação de Adultos: Cursos EFA e Acções Saber+;
- Sistema Nacional de Reconhecimento e Validação de Competências Chave;
- Perspectivas para 2002.

Todas as opiniões, questões ou pedidos de esclarecimento relativas ao trabalho da ANEFA - por parte dos associados da ANIMAR - poderão, a partir de agora, ser veiculadas para este Conselho Consultivo através do nosso representante. **Façam-nas chegar!** ↓

A ANIMAR assina **Protocolo de Colaboração** com a LUSÓFONA

A 13 de Dezembro a ANIMAR assina um **Protocolo de Colaboração** com a UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (Campo Grande, Lisboa), seguindo-se uma palestra proferida por Alberto Melo sobre: *As Organizações da Economia Social e Solidária na Construção de uma Democracia Participativa e de um Desenvolvimento Sustentável*. Mais detalhes no próximo número do *VeZ e Voz*.

Editores: António Castela, Raul Jorge Marques

Colaboradores deste número: Acácio F. Catarino, Alberto Melo, Ângela Luzia, António Palma, Artur Cristovão, Christine Guerreiro, Florence Melen, Helena Cravino, José Amorim, José Sousa Guedes, Maria Emília Arroz, Miguel Rainha, Paula Atouguia, Agrupamento Monte, Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), Associação Terras Dentro